

## **AOS MEMBROS FIÉIS DA FAMÍLIA DAS IGREJAS EPISCOPAIS REFORMADAS**

Em nome de todos os Bispos das Igrejas Episcopais Reformadas, lhes trazemos saudações em Nome de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo!

Escrevemos para lhes recomendar um documento didático importante que temos produzido, intitulado: “Entendendo a Declaração de Princípios no século XXI”. Em virtude do crescimento significativo que nossa porção da Igreja do Senhor tem tido mais ou menos durante o último século, tem sido necessário produzir este trabalho. Em particular, durante este longo período tem acontecido muito que reflita a maneira em que o Espírito Santo tem guiado nossa compreensão da Declaração de Princípios.

Através dos anos, nossa missão e crescimento tem requerido várias mudanças. Temos atualizado nossas Constituições e Cânones, nossa provisão litúrgica tem sido revisada, e nossos compromissos com outros cristãos (mais recentemente dentro do movimento do GAFCON), tem requerido que expressemos nossa fé em termos que sejam mais adequados ao presente dia. Em tudo isso, nossa intenção, e a de nossos predecessores, tem sido sempre o garantir que a essência da fé se mantenha íntegra, embora parte da linguagem que utilizamos tenha que diferir de uma época a outra.

À luz de nosso compromisso com o Senhor Jesus Cristo, com a infalibilidade da Palavra de Deus Escrita, e com todas nossas declarações doutrinárias, proporcionamos nosso tratado de ensinamento: Entendendo a Declaração de Princípios no século XXI. Esperamos que esta instrução nos leve adiante na herança do anglicanismo clássico que representamos. O Bispo Cummins chamou a este legado “As trilhas antigas... que passam em sucessão ininterrupta através da Igreja da Inglaterra, até a Igreja de Cristo da primeira era cristã.”

É nosso ardente desejo que a instrução dos bispos de sua igreja seja considerado e recebido em oração. Com amor pastoral, apresentamos este ensinamento para a Glória de Deus e para a edificação de todos os episcopais

reformados e aqueles que tentam nos entender melhor. Para este fim, confiamos que nosso Senhor continue a abençoar esta parte fiel de Sua Igreja.

Sinceramente em Cristo

O mui Revmo. Ray R. Sutton, Ph.D.  
Bispo Presidente, América do Norte

O mui Revmo. John Fenwick, D.D.  
Primus, Igreja Livre da Inglaterra

Festa de Santo Agustinho de Hipona

28 de agosto de 2018

ENTENDENDO A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS NO SÉCULO XXI  
PRONUNCIAMENTO DOS BISPOS DA FAMÍLIA DAS IGREJAS EPISCOPAS  
REFORMADAS

"Esteja sempre preparado para apresentar defesa com mansidão e reverência diante de tudo o que os peça razão da esperança que há em vós;" 1 Pedro 3, 15

Os cristãos sempre produziram declarações sumárias de fé. Tal Regra de Fé (uma versão básica dos mesmos credos que chegariam depois) pode ser observado já no século II. Frequentemente, tais resumos foram feitos em resposta a circunstâncias particulares ou controvérsias doutrinárias. O Credo Niceno-Constantinopolitano, que é o resumo da fé mais universalmente reconhecido, nasceu no século IV precisamente em resposta a ameaças contra o ensinamento apostólico. Nos últimos anos, a Conferência Global do Futuro Anglicano (GAFCON) produziu a Declaração de Jerusalém em 2008<sup>1</sup> e a Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA) adotou sua Declaração Teológica em seus inícios um ano depois.<sup>2</sup>

Em 2 de dezembro de 1873, em sua inauguração, a Igreja Episcopal Reformada na América do Norte, adotou um documento fundacional com a intenção de atender questões controversas específicas naquele tempo. O nome dado a este documento foi: A Declaração de Princípios.<sup>3</sup>

Ao contrário de todas as expectativas, após a reunião inaugural, a Igreja Episcopal Reformada cresceu até se tornar uma família mundial de igrejas, com representantes nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Brasil, Venezuela, Cuba, Rússia, Alemanha, Croácia, França e Austrália. No Reino Unido, a Igreja Episcopal Reformada juntou-se em 1927 com a Igreja Livre da Inglaterra, um mais antigo corpo de herança anglicana, para formar a atual Igreja Livre da Inglaterra de outro modo chamada Igreja Episcopal Reformada, que adotou a

---

<sup>1</sup> <https://www.gafcon.org/resources/the-complete-jerusalem-statement>

<sup>2</sup> <http://www.anglicanchurch.net/index.php/main/Theology/>

<sup>3</sup> <http://recus.org/principles.html>.

Declaração de Princípios, acrescentando duas cláusulas adicionais (ver abaixo).<sup>4</sup>

Muitas coisas mudaram na Igreja e no mundo desde o século XIX. As velhas controvérsias tem perdido algo do seu ardor, enquanto novas surgiram. A família anglicana de igrejas está experimentando um grande grau de turbulência pelo qual mais pessoas estão percebendo as Igrejas Episcopais Reformadas como seu possível novo lar.

No entanto, para algumas pessoas que de outra forma simpatizam com a família episcopal reformada, a Declaração de Princípios parece ser problemática. Normalmente, isso é devido a duas principais razões.

Em primeiro lugar, as várias formulações da Declaração de Princípios derivadas da de 1873 contêm uma seção (Seção IV), que se estabelece de maneira negativa. Como tal, elas adotam um tom muito negativo: "esta Igreja CONDENA e REJEITA", dando a impressão de que somos essencialmente negativos, nos definindo pelo que somos contra; pessoas rápidas para condenar, mas com pouco positivo para dizer. Lamentamos que esta impressão possa ter sido causada, já que o Evangelho consiste em afirmar o que Deus em seu amor fez por nossa salvação. Com efeito, existem ensinamentos e práticas que os episcopais reformados consideram ser incompatíveis com a verdade sobre Deus revelada nas Escrituras e supremamente em Jesus Cristo, mas nossa abordagem geral deve ser positiva; afinal, temos boas notícias a proclamar!

O problema real desta seção de negações é que os aspectos positivos afirmados pelas igrejas episcopais reformadas não são mencionadas no próprio documento. Naquela época, dado o conhecimento geral do compromisso do Bispo Cummins com a unidade ecumênica, bem como o contexto histórico mais amplo, esses aspectos podiam ser tomados como garantidos, mas sua ausência têm resultado ser problemática para as gerações posteriores.

---

<sup>4</sup> <http://fcofe.org.uk/wp-content/uploads/2018/03/declaration.pdf>.

A abordagem correta é reconhecer que os aspectos positivos só podem ser fornecidos tendo em conta todos os padrões das Igrejas Episcopais Reformadas, tal como foram aplicadas ao longo da nossa história. Esses padrões doutrinários que afetam como se têm entendido a Declaração de Princípios são: as Sagradas Escrituras, os Artigos de Religião, o Livro de Oração Comum (não apenas a versão de 1662, mas (para o REC na América do Norte, o BCP dos EUA 1928), e outras declarações como o Quadrilátero Chicago-Lambeth, a Declaração de Jerusalém e (na América) a Declaração Teológica da Igreja Anglicana na América do Norte. Além disso, a Constituição e os Cânones foram revisados na América do Norte e no Reino Unido. Deve-se ter em conta também os acordos doutrinários ecumênicos (particularmente no Estados Unidos). Todo este corpo de documentos reflete uma compreensão equilibrada da Declaração de Princípios. O objetivo deste comentário é chamar a atenção para este contexto mais completo e as afirmações positivas que ele fornece, enquanto corrige mal-entendidos do que precisamente estava sendo negado.

A segunda razão pela qual algumas pessoas têm um problema com a Declaração de Princípios é que, em alguns lugares, parece afirmar menos o que o cristianismo histórico - e a tradição Anglicana do qual as igrejas Episcopais Reformadas são parte – tem acreditado. Isso é especialmente verdade na Seção IV. Antes de analisar isso com mais detalhes, será útil primeiro explorar as origens da Declaração.

### **As origens da Declaração de Princípios**

A Declaração de Princípios surgiu de situações na América do Norte e no Reino Unido no século XIX. A crescente industrialização e o secularismo na cultura ocidental e a interferência do Parlamento do Reino Unido na organização interna da Igreja da Irlanda tem levado a um desejo de reafirmar a independência e a autoridade espiritual da Igreja. Um aspecto disso foi uma apreciação mais compreensiva dos ensinamentos e práticas da Igreja antes de sua submissão a Coroa inglesa. Essa reavaliação mais positiva (e a

reintrodução espontânea de uma variedade de ensinamentos e práticas relacionadas) produziu uma série de respostas de eclesiásticos preocupados de que a autoridade suprema das Escrituras dadas por Deus estava sendo minada e comprometida. A Declaração de Princípios foi uma dessas respostas. Porém, não se pretendia dizer nada novo, mas simplesmente reafirmar os ensinamentos bíblicos e patrísticos, que se reafirmaram na Reforma, mas que, em seu momento, se viram obscurecidas por desenvolvimentos e tendências crescentes.

Enquanto o texto, a Declaração se deriva de três fontes diferentes, e essas em si mesmas servem para entender suas preocupações primordiais.

#### (a) O Memorial de Muhlenberg

A vertente mais antiga se deriva de William Augustus Muhlenberg (1796-1877). Muhlenberg foi presbítero do que então se chamava a Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos da América (PECUSA), agora simplesmente chamada Igreja Episcopal (TEC). Foi ordenado diácono em 1817 para servir na Christ Church, Filadélfia, como capelão do Bispo William White, e foi ordenado presbítero em 1820.

Muhlenberg era um evangélico comprometido, mas não acreditava que a fé evangélica só pudera expressar-se em uma cultura eclesiástica rigidamente protestante. Ele acreditava que o ser anglicano era também estar comprometido com a Igreja antiga e indivisa, que é o que ele queria dizer a si mesmo não só como “evangélico”, mas também “católico”. Sua visão era a de um “catolicismo evangélico” que reconciliaria o fervor da fé evangélica com a ordem da Igreja Universal. Durante alguns anos produziu um periódico chamado de “The Evangelical Catholic”. Nele defendeu uma instituição divina, adaptada a toda a humanidade em todas as épocas; em outras palavras, a Igreja Universal. Isso o declaramos para chamarmos católicos”.<sup>5</sup> A palavra

---

<sup>5</sup> Anne Ayres, *A vida e a obra de William Augustus Muhlenberg*, Nova York, Harper & Brothers, 1880, p.237ff.

Há paralelos próximos com a definição do arcebispo Michael Ramsey de "catolicismo ... que emergiu

“católico”, porém, se havia identificado com a igreja católica romana: “Ao falar de católicos, nem um em cada cem suporá que te referes a outros que não sejam os membros da Igreja Romana. Se vamos manter o nome, e abandoná-lo não podemos, teremos que qualificá-lo, teremos que explicá-lo, portanto, nos autoqualificamos como pertencentes ao Evangelho, é dizer, católicos evangélicos. Esta para Muhlenberg, era a marca distintiva da comunhão episcopal na qual ele acreditava: “vamos imediatamente ao Evangelho e nos fazemos ver católicos evangélicos (quer dizer, evangélicos”. Também, era um conceito com uma larga e distinta história. Isso, argumentou Muhlenberg, é o que foram os reformadores ingleses do século XVI, católicos do Evangelho, que ajudaram a Igreja Católica a descobrir suas raízes evangélicas.

Muhlenberg acreditava com paixão que um catolicismo evangélico poderia unir as denominações protestantes cada vez mais divididas na América do Norte. Em outubro de 1853, ele procurou colocar sua visão de unidade cristã com efeito apresentando, junto com outros presbíteros, um Memorial para a Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Protestante. O Memorial recomendava que a ordenação episcopal se fizesse acessível ao clero de igrejas não episcopais. Isso seria sobre a base de uma breve prova doutrinal que Muhlenberg estabeleceu em “Na Exposition of the Memorial”, publicada em novembro de 1854 e dirigida aos bispos da PECUSA, a quem se dirigiu como “um Colégio de Bispos Católicos e Apostólicos”.<sup>6</sup> A primeira cláusula deste requeria do clero que estivesse procurando ordenação episcopal o declarar sua crença nas Sagradas Escrituras como a palavra de Deus, nos Cremos dos Apóstolos e de Nicéia, e na Instituição divina dos dois sacramentos, e nas ‘doutrinas da graça’ substancialmente como se estabelecem nos Trinta e Nove Artigos. Nada se conquistou com esta iniciativa, mas o texto de Muhlenberg, praticamente inalterado, constitui a primeira cláusula da Declaração de Princípios.

---

do Evangelho de Deus "como" um organismo que inevitavelmente cresceu através da morte e ressurreição de Cristo ", em vez de um conjunto de regras (Michael Ramsey, O Evangelho e a Igreja Católica. Peabody, Massachusetts, Hendrickson Publishers, 2009, p. 56).

<sup>6</sup> Ayres, *Muhlenberg*, p. 266.

(b) As adições de 1873

O resumo de Muhlenberg foi retomado quase vinte anos depois por um bispo para quem Muhlenberg era um mentor. George David Cummins foi consagrado como bispo auxiliar de Kentuck em 1866. Ele compartilhou firmemente a visão de Muhlenberg de que os cristãos da América do Norte deveriam unir-se em uma igreja episcopal que pregasse sem reparos a doutrina bíblica, e que a fé compartilhada em Jesus Cristo mesmo cria uma unidade essencial entre todos os crentes. Em 1873, o Bispo Cummins expressou suas convicções ao participar de um serviço de Santa Comunhão em uma Igreja Presbiteriana. A força da crítica que recebeu por fazer isso fez que resultasse impossível continuar seu ministério como bispo na Diocese de Kentucky. Portanto, emitiu uma reunião convocatória para a formação de uma Igreja episcopal, que seria mais aberta e mais robustamente fiel a “a fé uma vez dado aos santos” que aquela na qual PECUSA se havia convertido. Em dezembro de 1873, isso se fez realidade quando a Igreja Episcopal Reformada foi formalmente constituída, com Cummins como seu primeiro Bispo Presidente.

O bispo Cummins agregou ao Memorial de Muhlenberg uma série de cláusulas que abordavam questões doutrinárias que causavam pressões naquele momento. Estas devem ser vistas no contexto e suas gênesis deve se ter em conta. Essa seção não formava parte do texto cuidadosamente elaborado de Muhlenberg com o que começa a Declaração. Foi redigido pelo bispo Cummins no período compreendido entre sua renúncia a Igreja Protestante Episcopal o dia 10 de novembro de 1873 e a reunião inaugural da Igreja Episcopal Reformada o dia 2 de dezembro. Durante esse período de três semanas, Cummins compartilhou sua visão de uma Igreja com “um episcopado primitivo, e uma liturgia escritural pura, e uma fidelidade a doutrina da justificação só por meio da fé”<sup>7</sup> e, tendo-se assegurado de que teria apoio para fazer essa visão realidade, deu os passos necessários para

---

<sup>7</sup> Da carta de Renúncia de Cummins ao Bispo Presidente, Boswell Smith, escrita em 10 de novembro de 1873. Texto em Alexandrine Macomb Cummins, *Uma Memória de George David Cummins: Primeiro Bispo da Igreja Episcopal Reformada*. Filadélfia, E. Claxton, 1878, p. 420.



fazê-lo. Foi um período de intensa atividade. Não é surpreendente, portanto, que as cinco declarações na Seção IV sejam um pouco mais que respostas em taquigrafia-pontos na terminologia de hoje – aos assuntos que foram focos de controvérsia doutrinal naquele momento.<sup>8</sup> Enquanto obviamente foram temas sobre os que Cummins havia deliberado durante anos, deve aceitar-se que não podem tomar-se como última palavra os pontos em questão. É impossível, por exemplo, dizer tudo o que se necessita dizer sobre o mistério da presença eucarística em uma só afirmação negativa de dezenove palavras. No contexto muito diferente de hoje, as cinco declarações devem abordar-se com a intenção de identificar o erro que cada cláusula pretende excluir, e de estabelecer a doutrina positiva que nós, como Igrejas Reformadas Episcopais, ensinamos sobre cada tema. Mais adiante faremos referências aos vários pronunciamentos da declaração.

(c) Clausulas da Igreja da Irlanda (exclusivas da REC no Reino Unido)

Em 1877 se estabeleceu um ramo da Igreja Episcopal Reformada nas Ilhas Britânicas (junto com a preexistente igreja livre da Inglaterra). Se adotou da Declaração de Princípios, mas se agregou material adicional derivado do trabalho de Muhlenberg e Culmmins. A maioria desse novo material foi tomado da Constituição da Igreja da Irlanda. O desestabelecimento dessa igreja em 1870 requereu que se auto definisse por si mesma e redigisse novos documentos de governo. Sendo uma Igreja Episcopal recentemente feita “livre” nas Ilhas Britânicas, a Igreja da Irlanda foi vista como um modelo para o ramo britânico da REC (uma Igreja Episcopal “livre” em uma país com uma Igreja estabelecida).

Quando a REC no Reino Unido e a Igreja Livre da Inglaterra se uniram em 1927, a Declaração de Princípios em sua forma britânica foi adotada como a declaração de fé comum.

---

<sup>8</sup> Guelzo descreve a Declaração, no contexto de seu tempo, como "um documento extraordinariamente moderado", com os "pontos de vistas" cuidadosamente redigidos para excluir só aos ultras extremistas entre os anglo-católicos (Allen C. Guelzo, *Pela União da Cristandade Evangélica: a ironia dos episcopais reformados*. Pensilvania, State University Press, 1994, p. 156).

## Ensinamento e intenção da Declaração

Como esta breve olhada em suas origens mostra, a Declaração de Princípios não é uma intenção de separar-se das crenças cristãs históricas ou produzir uma nova definição da fé cristã. Mas bem, como a Declaração de Jerusalém, é a expressão do desejo de unir os cristãos em torno dos "caminhos antigos" do cristianismo bíblico histórico dentro de uma comunidade ordenada episcopalmente. Sua linguagem reflete a época em que os Princípios foram redigidos, mas seu ensino é fundamentado nas Escrituras e nos Padres e, portanto, é atemporal. Desde o início da REC, o Bispo Cummins enfatizou a continuidade: "Nós não nos reunimos para destruir, mas restaurar ... Nós reivindicamos ter uma conexão histórica ininterrupta, através da Igreja da Inglaterra, com a Igreja de Cristo desde os primeiros dias da era cristã.<sup>9</sup>

O contexto mais amplo

É importante recordar que, para nós como Episcopais Reformados, a Declaração de Princípios não é a única autoridade doutrinal. O Artigo III da Constituição da Igreja Episcopal reformada na América do Norte estabelece:

Esta igreja mantém a fé como uma vez dada aos santos, e transmitida através da Igreja da Inglaterra, especialmente como articulado através de sua herança reformada, a gama de seus teólogos anglicanos, e como depositado nos princípios fundamentais da Igreja Episcopal Protestante nos Estados Unidos da América. Além disso, esta Igreja recebe e afirma a Sagrada Escritura como a Palavra de Deus. Nós recebemos e afirmamos os três credos antigo, comumente conhecidos como o Credo Niceno, o dos Apóstolos e o Credo de Atanásio, e as definições dogmáticas dos quatro primeiros concílios ecumênicos da Igreja indivisa. Também sustenta que os seguintes documentos históricos inalteráveis são parte do corpo recebido de sua Doutrina: (1) Os Trinta e nove Artigos de Religião em sua forma de 1801 (2) A Declaração de Princípios de 1873, adotada pelo primeiro Concílio

---

<sup>9</sup> Cummins, *Memoir*, p. 435f.

Geral desta Igreja (3) O Quadrilátero de Chicago-Lambeth de 1886-1888 (4)  
A Declaração de Jerusalém de 2008.

A Igreja Episcopal Reformada na América do Norte, como já foi dito, no decorrer de sua longa história, também realizou sua revisão do Livro de Oração Comum (incluindo a restauração do livro de 1662 e a aprovação do livro estadunidense de 1928), revisou sua Constituição e seus Cânones (baseando-se nos Cânones da Igreja Episcopal de 1920), adotou outros documentos anglicanos e entrou em significativas relações ecumênicas que tem produzido uma série de acordos doutrinários, que levam a relações de inter-comunhão com jurisdições como a Província Anglicana da Nigéria e a Província Anglicana da América. Todos esses desenvolvimentos envolveram a interpretação da Declaração de Princípios no contexto mais amplo do anglicanismo histórico e clássico. Tanto nós como nossos associados, a temos entendido, como de nenhuma maneira contrária às normas anglicanas e à visão efusiva e original dos "antigos caminhos" do Bispo Cummins, que se remonta mediante a Reforma Inglesa à Igreja indivisa.

Este patrimônio doutrinário mais amplo também está refletido no Artigo II da Constituição da Igreja Livre da Inglaterra:

A doutrina da Igreja Livre da Inglaterra é baseada nas Sagradas Escrituras e, seguindo o exemplo dos Reformadores, naqueles ensinamentos dos antigos Padres e dos Concílios da Igreja, que estão em conformidade com as Escrituras.

Em particular, tal doutrina é encontrada na Declaração de Princípios, nos Trinta e Nove Artigos de Religião e nas liturgias autorizadas desta Igreja.

O primeiro que se deve destacar é que, como membros da família episcopal reformada, estamos comprometidos com a autoridade única e suprema das Escrituras: só delas podemos ensinar coisas como necessárias para a salvação; mas abordamos das Escrituras a partir de dentro da continuidade

vivida do Povo de Deus ao longo dos séculos, ou, como diz a Declaração de Jerusalém, 'Respeitosos da leitura histórica e consensual da igreja'.<sup>10</sup>

Por esta razão a Declaração de Princípios em si mesma:

Assinala e afirma (como totalmente subordinada à Escritura) as fontes clássicas de doutrina e identidade anglicanas os trinta e nove artigos, os Sacramentos Dominicais, os credos, o episcopado e o culto litúrgico. Cummins, como temos visto, concebeu explicitamente a si mesmo bem como aqueles que com ele fundaram a Igreja Episcopal Reformada, como 'Restaurando caminhos antigos, não criando algo novo'.<sup>11</sup> Nem todas essas fontes exigem comentários separados, mas algumas declarações breves podem ser úteis.

#### 1. Os trinta e nove artigos

Como o Catecismo da Igreja Anglicana na América do Norte afirma, os Artigos são 'A Resposta anglicana a certas questões doutrinárias controversas na época, expressivos de princípios fundamentais da fé anglicana autêntica e como um dos elementos característicos do Caminho Anglicano'.<sup>12</sup> Nunca se pretendeu constituir uma teologia sistemática completa. Nem foram projetados para serem "partidários":

*Dizer que os artigos são uma peça de teologia reformada ... é ignorar a natureza eclética de seu pedigree teológico. Além disso, é também ignorar o fato de que a razão de tal ecletismo é que as diferenças entre as abordagens "luterana" e "reformadas" em teologia parece simplesmente não ter sido tão importantes para esses reformadores da igreja inglesa que foram responsáveis pela produção dos artigos. Não encontramos nos escritos desses reformadores a ideia de que havia dois blocos teológicos opostos, um luterano e um reformado, dentre os quais se deva escolher um. O que encontramos, em vez disso, é uma ênfase nos acordos*

---

<sup>10</sup> Declaração de Jerusalém, cláusula 2.

<sup>11</sup> Em seu discurso na reunião inaugural da REC em 2 de dezembro de 1873 (Cummins, *Memoir*, p. 435).

<sup>12</sup> 'Uma nota sobre os artigos da religião', em *Para ser cristão: Um catecismo anglicano*, Newport Beach, CA, editorial da casa anglicana, 2014, p.147. a mesma fraseologia se encontra na Declaração Teológica da ACNA.

*entre os teólogos protestantes sobre os princípios básicos da fé e uma minimização da importância das diferenças existente entre eles.*<sup>13</sup>

Acreditamos que tal ênfase nos acordos, e não nas diferenças, deveria guiar nossa compreensão da Declaração de Princípios.

## 2. Episcopado e política eclesiástica

As declarações sobre o episcopado e a política eclesiástica tinham a intenção de expressar a convicção de que os membros das igrejas sem bispos são, no entanto, verdadeiros cristãos. Isso parece óbvio hoje (e é formalmente admitido pela Igreja Católica Romana, por exemplo), mas havia aqueles no século XIX que estavam dispostos a negar isso. A posição da Declaração também está de acordo com o anglicanismo histórico como foi exposto por Richard Hooker em suas *Leis da Política eclesiástica* e por outros teólogos ingleses. Como John Bramhall, Bispo de Derry no século XVII, ele expressou: 'É um cego aquele que não reconhece Igrejas sem ele [isto é, o episcopado]; é de coração duro que lhes nega a salvação. Nós não somos essas pessoas de coração duro ...'<sup>14</sup>

## 3. Adoração litúrgica

Em relação ao culto litúrgico, a Declaração concede um lugar de honra ao Livro de Oração de 1785 nos Estados Unidos. Muitos dos evangélicos que se uniram ao Bispo Cummins acreditavam que certas palavras e frases encontradas no Livro de Oração de PECUSA poderiam ser interpretadas para apoiar doutrina errada. Por esta razão, uma alternativa foi procurada e o texto de 1785 foi escolhido.

Este foi o livro proposto na primeira Convenção Geral da recentemente independente Igreja Episcopal Protestante (embora no final não foi adotado). De fato, o Livro de 1785 tinha várias características "liberais" (por exemplo, omitiu o Credo Niceno e uma frase do Credo dos Apóstolos), mas, como dava uma sensação de "Igreja baixa" (por exemplo, usou a palavra "Ministro" em vez de "Sacerdote"), foi visto por muitos Evangélicos como defesa contra as

---

<sup>13</sup> Martin Davie, *Nossa herança da fé: um comentário sobre os trinta e nove artigos*, Malton, Gilead Books, 2013, p. 21.

<sup>14</sup> John Bramhall, *Works*, vol. III, (Biblioteca ed. De teologia anglo católica), p. 518.

interpretações "católicas". O Bispo Cummins considerou que este era o melhor livro disponível (já que obviamente não havia tempo para empreender revisão abrangente do Livro de Oração da PECUSA nos dias que antecederam a formação da Igreja Reformada Episcopal). Na prática, logo após a adoção do livro de 1785 pela REC foram corrigidas algumas de suas deficiências, como a restauração do Credo Niceno no serviço de Comunhão, e finalmente foi substituído na América do Norte. Aparentemente, nunca foi usado no Reino Unido, onde o Livro de Oração Comum de 1662 (com algumas modificações) foi sempre a norma. A Declaração de Princípios também concede à Igreja "total liberdade para alterar, abreviar, expandir e alterar "o seu Livro de Oração", desde que a substância da fé permaneça completa." A revisão litúrgica é perfeitamente consistente com os princípios episcopais reformados. Mais recentemente, a Igreja Episcopal Reformada na América do Norte produziu um novo livro de Oração Comum (com formas tradicionais e modernas em inglês) e a Igreja Livre da Inglaterra iniciou seu próprio processo de produção de novos textos.

#### 4. O re-sacrifício de Cristo de novo ao Pai

No século 16, havia uma série de ideias associadas à Eucaristia as quais (pelo menos no nível popular) eram distorções da ordenança instituída por Cristo. Uma das principais delas foi a ideia de que Cristo é sacrificado novamente em toda missa. Essa crença popular foi condenada no Artigo XXXI ("Da única oblação de Cristo terminada na cruz"). Observamos que a Igreja Católica Romana moderna lamenta qualquer impressão que tenha sido dada à repetição do sacrifício de Cristo na Missa,<sup>15</sup> e que a irrepetibilidade desse sacrifício foi afirmada em outros diálogos.<sup>16</sup> Também observamos que, apesar dos erros medievais, Cranmer não repudiou o conceito de que a Eucaristia é uma representação e um memorial do sacrifício de Cristo, mas que aparece em seu tratado sobre a Ceia do Senhor.

---

<sup>15</sup> *A graça dada em Cristo*: Informe da Comissão Internacional para o Diálogo entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Metodista Mundial, Lake Junaluska, Conselho Metodista Mundial, 2006, p. 55.

<sup>16</sup> Veja-se por exemplo, a Consulta católica ortodoxa oriental nos Estados Unidos, "Uma declaração mais precisa sobre o documento, o *batismo, a eucaristia e o ministério de Lima*", 1984, seção II, em John Borelli e John H. Erickson (eds.), *A busca da unidade: Ortodoxos e católicos em diálogo*, Nova York, St Vladimir's Seminary Press, 1996, p. 71; também entre a Igreja Católica Romana e a Comunhão Anglicana (ver: *Crescendo juntos em unidade e missão: uma declaração acordada de da Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana para a Unidade e a Missão*, Londres, SPCK, 2007, parágrafo 40).

Ele cita com aprovação as sentenças de Peter Lombard do século XII. Lombard, disse Cranmer, "julgo corretamente neste ponto, dizendo que" o que é oferecido e consagrado pelo ministro, é chamado sacrifício e oblação, porque é uma memória e representação do verdadeiro sacrifício e da santa oblação, feita no altar da cruz. <sup>17</sup> Com reserva cautelosa, Cranmer aceita que a Eucaristia pode ser chamada de sacrifício: "... porque foi ordenado por Cristo para nos colocar em memória do sacrifício feito por ele na cruz. E por esse motivo é nomeado de sacrifício... 'Cranmer logo cita a Santo Agostinho em apoio desta interpretação.<sup>18</sup>

Para muitos na tradição anglicana tal entendimento faz que seja legítimo referir-se a Santa Mesa como altar, não um altar em que o Corpo e o Sangue de Cristo se oferecem de novo, mas um tipo diferente de altar: um altar comemorativo, que acompanha um sacrifício comemorativo. Com este fim, enquanto Cranmer e o Concílio sob o comando do rei Eduardo VI ordenaram que os altares de pedra seriam substituídos por mesas de madeira, no entanto concederam que haveria um uso aceitável da palavra 'altar'. Falando do Livro de Oração de 1549, eles escreveram: "Este chama a mesa onde a Sagrada Comunhão é distribuída, com louvores e ações de graças ao Senhor, um altar; pois ali se oferece o mesmo sacrifício de louvor e ação de graças. <sup>19</sup> Há evidências de que a palavra 'altar' sempre continuou no uso popular durante toda a história anglicana.<sup>20</sup> O altar é o ponto focal de nossas orações e ofertas materiais: as rubricas de nossos Livros de Oração sempre tem levado ao presbítero a colocar nele as ofertas reunidas do povo e oferecer as orações eucarísticas que comemoram a morte do Senhor ali.

No entanto, enfatizamos que o que é claramente contrário às Escrituras, é a ideia de que se pode oferecer novamente a Cristo. Hebreus 9: 25-6 claramente

---

<sup>17</sup> *Defesa da Doutrina Verdadeira e Católica do sacramento do Corpo e do Sangue do Nosso Salvador Jesus Cristo, ... feito pelo Reverendíssimo Pai em Deus, Thomas, Arcebispo de Cantuária, Primaz de toda Inglaterra y Metropolitana*, Livro V, capítulo XIII.

<sup>18</sup> *Defesa, livro V, capítulo XIII.*

<sup>19</sup> "A Carta do Conselho ao Bispo Ridley para derrubar os altares, e colocar mesas de comunhão em seu lugar" [24 de novembro de 1551], em Gervase E. Duffield (ed.), *A obra de Thomas Cranmer*, Appleford, Sutton Courtney Press, 1964, p. 236.

<sup>20</sup> Por exemplo, George Whitefield, falando de sua ordenação diaconal na catedral de Gloucester vestindo uma sobrepeliz) disse: "Quando subi no altar, não pude pensar em nada mais que Samuel frente ao Senhor com um efod de linho" (*George Whitefield's Journals*), Edimburgo, Banner of Truth Trust, 1998, p. 69).

descarta isso: nem entrou no céu para oferecer-se novamente e novamente ... Então, Cristo teria que sofrer muitas vezes desde a criação do mundo. Nunca mais podemos oferecer a Cristo, mas em cada Eucaristia proclamamos a morte do Senhor até que ele venha "(1 Coríntios 11:26).

## 5. Sacerdócio Cristão

Esta cláusula foi um protesto contra o ressurgimento de um conceito grosseiro de uma sucessão que se auto-perpetua de "sacerdotes sacrificantes", dotados de poderes virtualmente independentes da comunidade cristã como um todo. Muita confusão foi causada pelo uso da terminologia imprecisa. A palavra inglesa 'priest' é derivada da palavra grega presbyteros. (ancião).<sup>21</sup> No entanto, também foi usado como uma tradução do hebraico kohen, grego hieruus e sacerdotes latinos que significam um sacerdote sectário e sacrificial. Embora a tradição anglicana sempre reconheceu que 'presbítero' e 'priest' são termos intercambiáveis,<sup>22</sup> o uso de uma palavra para dois conceitos diferentes levou a um desequilíbrio na compreensão da segunda das três Órdenes históricas. Isso ressurgiu no século XIX e causou a correção na Declaração Princípios.

No entanto, tanto o ensino reformado quanto o moderno ensino católico romano sublinha o tríplice ofício de Cristo - como Profeta, Sacerdote e Rei. Esses atributos pertencem a todos os que estão em Cristo, mas (como outros atributos

---

<sup>21</sup> Veja muitas definições no dicionário on-line, por exemplo: 'Inglês antigo preost, de origem germânica; relacionado com o príncipe holandês, Priester alemão, baseado no presbítero eclesiástico latino 'ancião' (<https://en.oxforddictionaries.com/definition/priest>). O prêtre francês é da mesma raiz.

<sup>22</sup> Por exemplo, Richard Hooker, *Leis da política eclesiástica*. Livro 5, 78: " Prefiro denominar a este tipo Presbíteros, em lugar de 'Priest', porque em um assunto de tão pouco momento, eu não ofenderia voluntariamente os ouvidos daqueles para quem o nome de 'Padre' resulte odioso embora sem causa ..., Portanto ... Deixa-os utilizar o dialeto que queiram, quer chamemos isso de *Sacerdócio*, um Presbitério, ou um ministério, não importa ...; Joseph Mede (1586-1638): *Diatriba: Discursos sobre diversos textos da Escritura*, (1642) Livro I, n. ° 5, em *Works* (editor J. Worthington), 1672, p. 27: "Mas se é bem examinado", 'Priest' é o inglês de 'Presbyter' e não de 'Sacerdos', já que em nossa língua inglesa não há palavra para Sacerdos ... quem pode negar que nossa palavra Priest se deriva de Presbyter? 'J.H. O primeiro Tratado de Newman começa famosamente: 'Eu sou um de vocês, um Presbítero'. Os ritos de ordenação atuais da Igreja da Inglaterra incluem 'A Ordenação de 'padres', também chamado Presbíteros' (*Common Worship: Ordination Services*. Londres, Church House Publishing, 2007, pp. 31, 122). Os cânones da REC estabelecem que os termos "priest" e "presbítero" se usam indistintamente, quando se referem a aqueles ordenados para este ofício (Canon 7 (8)).



do nosso Senhor, como sua servidão) são expressos ministerialmente naqueles ordenados as funções de colocar vida na igreja. Portanto, acreditamos que é possível legitimamente afirmar que bispos e presbíteros compartilham de fato o mesmo sacerdócio de todos crentes, ou seja, o sacerdócio do próprio Cristo e, no seu caso, de maneira e medida distintivo de seu papel dentro do Corpo,<sup>23</sup> ou, como disse Torrance, "de certa forma apropriado para aqueles que são apenas mordomos e servos".<sup>24</sup>

Embora não aceitemos todos os ensinamentos da Igreja Romana nesta área, podemos dizer que nós, como ela, ordenamos um homem "ao sacerdócio na ordem presbiteral"<sup>25</sup>, num sentido isso é completamente consistente com nossas fontes de autoridade doutrinárias, conforme indicado e com a metodologia do Reformadores ingleses. A Igreja Episcopal Reformada sempre aceitou as normas do Ordinal do Livro de Oração Comum e, em particular, o seu ensino de que "desde o tempo dos apóstolos houve estas Ordens de Ministros na Igreja de Cristo: Bispos, Presbíteros e Diáconos" e que essas ordens devem ser "continuadas, usadas e estimadas reverentemente".<sup>26</sup> Para os leigos nunca lhes é permitido presidir a Eucaristia. Nesse sentido, os episcopais reformados sempre tem reconhecido um aspecto especial do Sacerdócio Real. O ministros ordenados são uma especificação do que todos são. Neste sentido compreendido, existe um sacerdócio ministerial de serviço ao sacerdócio de todos os crentes.

Portanto, podemos reafirmar positivamente a cláusula da Declaração de Princípios e dizer que afirmamos que existe apenas um sacerdócio no plano de salvação de Deus, a saber, o do próprio Cristo.

---

<sup>23</sup> O ministério pastoral é ... um dom carismático que permite a aqueles que o recebem servir e edificar o corpo da Igreja" (Comissão Internacional para o diálogo Teológico Anglicano-Ortodoxo, A Igreja do Deus Trino, (*Declaração Acordada de Chipre*), Londres, Oficina da Comunhão Anglicana, 2006, p.73). '[O] rdenação não é simplesmente a comissão pela autoridade da Igreja. Em primeiro lugar, é uma invocação ao Pai pedindo o dom do Espírito ao ordenado" (Comissão Internacional Anglicana-Reformada, O Reino de Deus e nossa Unidade, Londres e Edimburgo, SPCK / St Andrew's Press, 1984, p.57).

<sup>24</sup> Thomas F. Torrance, *Real Sacerdócio*, Edimburgo, Oliver & Boyd, 1955, p. 81. C.f. Nazir-Ali: "Se o ofício deve ser entendido como verdadeiramente apostólico, os bispos (e os ministros que derivam sua autoridade deles) serão vistos como representantes do mesmo Cristo, de uma maneira particular, ao povo de Deus assim como também o mundo em geral", (Michael Nazir-Ali, 'Fazia uma teologia de escolher bispos', em *The Church Observer*, (Trinity 2011), p. 14).

<sup>25</sup> *Ritos da Igreja Católica*, Colledgeville, Liturgical Press, (1991), II, p. 40.

<sup>26</sup> Prefacio ao Ordinal, Livro de Oração Comum, 1549, 1552 y 1662.

Este sacerdócio, Cristo, graciosamente transmite a toda a sua Igreja, ordenada e laica, para que juntos possam oferecer sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus (1 Pedro 2: 5). O chamado, o equipamento, a autoridade e padrão do Ministério ordenado que serve a este sacerdócio universal é derivado diretamente de Cristo, o Cabeça da Igreja, nosso Pastor e Sumo Sacerdote (Hebreus 3: 1, 1 Pedro 2:25).<sup>27</sup>

## 6. Presença Eucarística

Provavelmente, a cláusula mais problemática da Declaração de Princípios para muitos cristãos é a afirmação de que 'esta igreja condena e rejeita ... Que a presença de Cristo na Ceia de Senhor seja uma presença nos elementos do pão e do vinho. Isso parece ensinar o que foi chamado uma doutrina de 'real ausência' da presença eucarística (comumente associada ao nome do Padre católico suíço convertido no reformador Ulrich Zwingli) segundo o qual o comungante recebe simplesmente pão e vinho "comuns" e qualquer elemento memorial é apenas um ato de memória. Isto não é o que acreditamos como Bispos Episcopais Reformados, nem acreditamos que seja o entendimento pretendido na Declaração de Princípios. Nossa convicção é baseada nas seguintes razões:

(a). Como já foi enfatizado, a intenção do Bispo Cummins era restaurar os "caminhos antigos"; ele queria levar a Igreja à teologia dos reformadores ingleses. Não era sua intenção inventar uma nova definição de Presença Eucarística.

(b). Para ser fiel à intenção do Bispo Cummins, portanto, as Igrejas Episcopais Reformadas estão comprometidas com a teologia eucarística dos Reformadores Ingleses. Fundamentalmente, estes entendiam-se não como inovadores, mas como restauradores da doutrina patrística que foram obscurecidas e corrompidas na Igreja ocidental nos três séculos imediatamente anteriores a seu

---

<sup>27</sup> Torrance: [Para Calvino] "o ministério ordenado da Igreja é el ministerio ordenado de la Iglesia [es] refletido no meio da comunidade dos crentes na forma de um ministério divinamente instituído, um episcopado celebrado em sua qualidade de unificação..." O comentário se faz no contexto do uso de Calvino de Cipriano para argumentar contra as alegações papais (*Royal Priesthood*, p. 92).

próprio tempo. Embora por muitas vezes descritos como mártires protestantes, Ridley e Cranmer morreram por uma fé Patrística. O arcebispo Cranmer acreditava apaixonadamente que "Muitos autores antigos, tanto gregos como latinos, ... mais de mil anos depois de Cristo ensinaram como eu '. Ele apelou para a "antiga Igreja de Roma, [que] por mil anos juntos, nem acreditou nem usou o sacramento como a Igreja de Roma tem feito nos últimos anos.<sup>28</sup> Como o título de seu livro indica, Cranmer queria defender "A Verdadeira e Católica doutrina do Sacramento do Corpo e do Sangue de Cristo ... cimentada e estabelecida pela Santa Palavra de Deus e aprovada pelo Consentimento dos Doutores mais Antigos da Igreja ".<sup>29</sup> Esta apelação às Escrituras e aos Padres foram feitas tanto pelos Reformadores Ingleses como por seus contemporâneos continentais.

(c) (c) O que os Pais ensinaram? Sua abordagem a esse tópico pode ser resumido brevemente:

a. Os primeiros escritores pós-apostólicos continuaram a linguagem inconscientemente "realista" dos Evangelhos e de São Paulo. Inácio de Antioquia, no começo do século II, usou a crença da Igreja de que "a Eucaristia é a carne do nosso Salvador Jesus Cristo "para contrariar aqueles que negaram a realidade da encarnação.<sup>30</sup>

Algumas décadas depois, Justino Martir pôde escrever: "fomos ensinados que o alimento que foi eucaristizado através da palavra de oração que vem dele - alimento pelo qual nosso sangue e nossa carne são nutridos pela transformação - é tanto a carne como o sangue de Jesus que se fez carne ".<sup>31</sup> Essa linguagem de identidade é continuada por escritores posteriores.

b. A presença eucarística não foi objeto de controvérsias nos primeiros séculos. Houve debates e divisões sobre muitos assuntos, mas a realidade da presença de Cristo na Eucaristia ele não era um deles. Foi aceito por todas as partes.

c. Não houve tentativa de produzir uma explicação oficial de como o pão e o vinho poderiam ser o Corpo e o Sangue de Cristo. Diferentes Padres usaram

---

<sup>28</sup> Carta a Rainha Maria '[Sept. 1555], en Duffield (ed.), *The Work of Thomas Cranmer*, p. 297.

<sup>29</sup> Página do título.

<sup>30</sup> *Smyrneans*, 6. 2.

<sup>31</sup> Justin, *Apología*, 66.

diferentes termos - 'imagem', 'tipo', 'semelhança' etc. - e algumas vezes o mesmo escritor poderia usar terminologia diferente em diferentes lugares, mas a identificação dos elementos com o Corpo e Sangue de Cristo são consistentes entre eles.

(d) As convicções do Bispo Cummins sobre a teologia do Livro de Oração foram de fato mais amplas e mais generosas do que sugere a breve Declaração de Princípios. O próprio bispo Cummins escreveu:

O Livro de Oração "não está comprometido com nenhum sistema humano de teologia, mas é suficientemente amplo e exaustivo para abarcar homens que diferem amplamente em suas interpretações e definições da verdade das Escrituras. ... [L] a teologia do Livro de orações ... não é o luteranismo, nem calvinismo, nem arminianismo; mas melhor que todos, engloba tudo o que é precioso e verdadeiramente vital em cada um desses sistemas, mas sem se comprometer com nenhum; e um discípulo de cada uma dessas escolas pode encontrar nele aquilo que dá "descanso à sua alma".<sup>32</sup>

Mais tarde, no mesmo sermão, Cummins enumera calvinistas, arminianos, wesleyanos e luteranos como aqueles que podem encontrar doutrinas que são preciosas para eles consagradas no Livro de Oração. Particularmente significativo é o fato de que o nome de Zwingli não aparece nessa lista. Cummins não afirmou que quem advoga-se por uma doutrina da "Real ausência" da presença eucarística encontraria sua posição apoiada pelos ritos do Livro de Oração. Neste, Cummins está sendo fiel à herança autêntica da Igreja da Inglaterra, que tanto significava para ele. A ideia de uma "ausência real" está expressamente excluída pelos formulários anglicanos. A 'Homilia sobre receber dignamente e reverenciar o sacramento do corpo e sangue de Cristo' diz: [o comungante] pelo menos, deve estar seguro de manter, que na ceia do Senhor não há cerimônia vã, nenhum sinal nu, nenhuma figura falsa de uma coisa ausente, mas como diz a Escritura, ... a comunhão do corpo e

---

<sup>32</sup> O sermão do bispo Cummins em defesa do livro de Oração Comum', em *Four Documents*, Philadelphia, M'Calla & Stavelly, 1874, p. 25f.

sangue do Senhor em uma incorporação maravilhosa ...<sup>33</sup> Além disso, embora Zwingli esteja ausente, Lutero está presente:

Dão grande valor à digna participação do corpo e sangue de Cristo, os luteranos? Sem dúvida, a linguagem elevada e brilhante do ofício de comunhão está pronta para satisfazer a anseios mais profundos da alma ...<sup>34</sup>

Em contraposição a linguagem bruta da seção IV da Declaração de Princípios, deve-se colocar não só as Escrituras, os Padres, os Reformadores Ingleses, os Artigos e a linguagem do Livro de Oração Comum, mas as convicções do próprio Cummins, expressadas de uma forma mais ponderada em outros tempos, quando não estava sob extrema pressão.

(e) Adicionalmente, a amplitude das convicções de Cummins se evidencia pelo fato de que a primeira pessoa que ele procurou consagrar como bispo da recém-constituída Igreja Episcopal Reformada foi seu mentor Muhlenberg.<sup>35</sup> A relevância deste fato se torna clara quando é lembrado que Muhlenberg já havia dado expressão prática ao seu compromisso apaixonado com o conceito de catolicismo evangélico: por exemplo, a dedicação da primeira igreja que ele construiu foi "A Igreja da Santa Comunhão"; ele advogou em favor da Eucaristia semanal; ele foi o fundador de uma comunidade de irmãs; usava estola e constantemente afirmava que "todo verdadeiro evangélico deve ser católico".<sup>36</sup> O que Cummins desejou com fervor que um homem assim fosse seu colaborador no episcopado para estabelecer juntos os fundamentos da Igreja Episcopal Reformada, isso indica uma amplitude de simpatia e tolerância que devem ser levadas em consideração na avaliação do texto que ele compôs.<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> Gerald Bray (ed.), *The Books of Homilies: A Critical Edition*, Cambridge, James Clarke & Co., 2015., p. 428f.

<sup>34</sup> Bishop Cummins 'Sermão em defesa do Livro de Oração Comum', p. 25f.

<sup>35</sup> Guelzo, *Pela União da Cristandade Evangélica*, p. 212.

<sup>36</sup> Ayres, *Muhlenberg*, pp. 177, 188 ff, 224, 242, 505 *et passim*.

<sup>37</sup> No caso de que Muhlenberg não se unisse a Cummins na Igreja Episcopal Reformada.

Quais são as conseqüências de tudo isso para nossa interpretação desse "ponto"? Cummins era um homem corajoso e visionário, mas ele e os Princípios que escreveu não são infalíveis. Neste caso podem ser mal entendidos se forem considerados isoladamente das outras fontes de doutrina na Igreja Episcopal Reformada e na própria Declaração de Princípios.

O Artigo XX dos Trinta e Nove Artigos declara o princípio de que não é lícito "expor um lugar da Escritura, de modo que seja repugnante para o outro."

O mesmo princípio certamente deve manter-se aqui. A declaração da seção IV não deve ser interpretada de maneira que os resultados sejam repugnantes para as Escrituras, os Padres, os Concílios, os reformadores e os formulários anglicanos, ou aos próprios pontos de vista da Cummins, conforme expressados em outros lugares.<sup>38</sup> O erro que esta afirmação procura evitar - a redução da Eucaristia à criação de um objeto Talismânico - é claro e sua rejeição é legítima. No entanto, esta parece ser uma situação em que os Princípios devem ser submetidos ao escrutínio das mesmas fontes de doutrina já reconhecidas pela família episcopal reformada, conforme mencionadas anteriormente.

Essas fontes de doutrina nos aconselhariam - na verdade exigem de nós - seguir o exemplo dos Padres e permitir que haja uma variedade de teorias mantidas lado a lado no abraço tolerante da Igreja.<sup>39</sup> Ora, isso não significa que todas as teorias sejam igualmente válidas.

Os reformadores ingleses tinham boas razões (filosóficas e teológicas) para rejeitar o conceito de transubstanciação como entendida até o final da Idade Média.<sup>40</sup> Ao mesmo tempo, a insistir em uma teoria particular nos tornaria

---

<sup>38</sup> De maneira similar, o ensinamento de Cranmer deve ser julgado em relação com as fontes, as Escrituras, 'a Igreja católica e os muito santos Padres do passado' - que ele mesmo reconheceu.

<sup>39</sup> Usando a fraseologia de Michael Ramsey (*The Gospel and the Catholic Church*, p. 96).

<sup>40</sup> Ver o Artigo XXVIII dos Artigos de Religião. O artigo IV da constituição da RECUSA estabelece: "Nada calculado para ensinar que na celebração da Ceia do Senhor, os elementos do pão e do vinho se transformam na Carne e Sangue natural [quer dizer física] de Cristo, não se permitirá alguma vez no culto ou no ensino desta Igreja." Observe que a linguagem dos Artigos de Religião aborda o que a doutrina da transubstanciação significava no final da Idade Média na época da Reforma. Esse entendimento era significativamente diferente do que Tomás de Aquino quisera dizer com o termo. Ele usou o termo para se referir à mudança na incidência ou essência do sacramento. A forma ou o acidente, isto é, pão e vinho, não mudam. Efetivamente, portanto, o sacramento era misteriosamente duas coisas ao mesmo tempo. Depois de Tomás de Aquino, o movimento filosófico conhecido como nominalismo impactou drasticamente a doutrina da transubstanciação. O nominalismo, entre outros pontos, declarou que

culpáveis do mesmo erro que os reformadores e as igrejas orientais acusaram a Roma de cometer quando insistiu na transubstanciação como o único meio legítimos para definir o mistério. É mais honesto aceitar que a presença de Cristo na Eucaristia não foi definida por nenhum Concílio Ecumênico e, de fato, está além da definição ou compreensão humana.

Os Trinta e Nove Artigos de Religião, por exemplo, adotados na primeira Declaração de Princípios, assim o reconhecem. O artigo XXVIII declara: "o corpo de Cristo é dado, se toma e se come na Ceia apenas de um modo celestial e espiritual. "Esta linguagem não fazia parte dos Quarenta e Dois artigos que os precederam. No entanto, após a morte de Cranmer, a Igreja da Inglaterra acrescentou essa linguagem à versão final dos Trinta e Nove Artigos aprovados em 1571. O Artigo preserva o sentido da Igreja Bíblica e Antiga de que o Corpo de Cristo é administrado claramente na Ceia de uma maneira indefinida e misteriosa, enquanto é apenas eficaz para aqueles que a recebem pela fé com ação de graças.

Para ser uma realidade para os fiéis, a doutrina a que as teorias procuram dar expressão deve expressar-se na liturgia. Para Cummins, o Livro de Oração Comum tinha o potencial de ser "a corrente de ouro para restaurar a antiga unidade do reino do Redentor" porque "encarna, como nenhum outro volume não inspirado, a antiga e primitiva fé católica da Igreja de Cristo."<sup>41</sup> Esta fé Católica - com sua firme convicção inquebrantável, de que o que recebe dignamente o Pão e o Vinho sacramental se alimenta verdadeiramente do Corpo e Sangue de Cristo na Eucaristia - é o que mantém a Família das Igrejas Episcopais Reformadas. Esta alimentação é possível graças ao poder do Espírito Santo que permite que nosso comer e beber sacramental "de uma maneira celestial e espiritual "seja uma antecipação do banquete celestial". Mais além disso, ficamos em silêncio diante de um mistério.

---

"uma coisa só pode ser uma coisa". Não foi isso que Aquino. Contrariamente al tomismo, o nominalismo reduziu a crença na transubstanciação em uma visão de que os elementos se convertem fisicamente no Corpo e no Sangue. O resultado foi uma superstição crassa, reduzindo o sacramento a um objeto mágico. Para ser precisos, este ponto de vista da transubstanciação foi condenado pelos Artigos.

<sup>41</sup> *Four Documents*, p. 17. Ênfase adicionada

## 7. Regeneração batismal

A Igreja Episcopal Reformada foi formada no contexto de uma controvérsia do século XIX sobre a palavra "regenerado" no serviço batismal. Tanto na América do Norte como no Reino Unido, o contexto foi um em que se praticou o batismo indiscriminado de bebês de pais que mantinham a menor lealdade à Igreja. Reivindicar, como o faz a Ordem do Batismo no Livro de Oração Comum, que tais crianças são "regeneradas" (entendidas como "salvas para a eternidade", independentemente do que eles farão na vida posterior) simplesmente como resultado de serem batizados, pareceu a muitos atribuir ao sacramento eficácia mecânica contrária ao teor das Escrituras. Esta questão pode ser abordada em geral a partir de três abordagens:

a. O Novo Testamento mesmo nos mostra que a regeneração, se entendida como um renascimento interior, pode preceder, acompanhar ou seguir o ato de batismo (Atos 10: 44-48; 22:16; 8: 14-17). Também nos mostra pessoas cujo batismo não parece ter produzido um novo nascimento (por exemplo, Simão o Mago, Atos 8: 18-23 e Alexandre, o Latoeiro. 2 Timóteo 4:14) e adverte contra a suposição de que todos os que são batizados, comem e bebem [da Santa Comunhão] são aceitos diante de Deus (1 Coríntios 10: 1-6). Portanto, acreditamos que a aplicação mais honesta da evidência do Novo Testamento é afirmar que existe uma conexão entre regeneração e batismo, desde que seja concedido que a regeneração pode preceder, acompanhar ou seguir o batismo ou não ter nenhum lugar.<sup>42</sup>

b. Há uma tendência a equacionar o termo regeneração com conversão moral e vivificação interna. A palavra em seu sentido clássico no Livro de Oração Comum significa o "estado em que alguém foi colocado no batismo", no sentido de ser colocado em Cristo e na sua Igreja, passando do reino das trevas para o reino da

---

<sup>42</sup> Hoje, a Igreja Católica Romana ensina que, em alguns batizados na infância, 'o pecado impede que o Batismo dê os frutos da salvação' (*Catechism of the Catholic Church*, para. 1272)



luz. A coleta para o Dia de Natal no livro de oração comum usa a palavra regeneração nesse sentido: "Deus onipotente, que nos deste a seu Filho unigênito, para que ele assumisse sobre si a nossa natureza, e nascesse em um tempo como este de uma virgem pura; Concede que sendo regenerados e feitos seus filhos por adoção e graça, sejamos cada dia renovados com o seu Santo Espírito ... "O uso da palavra" regenerado "neste contexto aplica-se a congregação no sentido que o proeminente líder evangélico J.C. Ryle (primeiro bispo de Liverpool) chamou "suposição caritativa" .<sup>43</sup> Ou seja, todos são presumidos regenerados baseado no pacto do batismo. Ao mesmo tempo, que retemos a Coleta do Dia de Natal, as Igrejas Episcopais Reformadas sempre temos enfatizado que a fé evangélica é necessária para tornar efetiva a sacramento do batismo.

c. O próprio bispo Cummins não teve problemas com o conceito corretamente compreendido. Em 1873, dirigindo-se à Aliança Evangélica falando sobre o tema de "As doutrinas da justificação, romana e reformada, contrastadas" disse: "Se você perguntar, qual é a relação do batismo com a justificação de acordo com o Igreja Reformada, talvez a melhor resposta seja encontrada no Artigo Vigésimo Sétimo da Igreja da Inglaterra. 'O batismo não é apenas um sinal de profissão, pelo qual se discerne os homens cristãos daqueles que não se batizam; mas é também um sinal da regeneração, pelo qual, como por um instrumento, aqueles que recebem o batismo corretamente são enxertados no Igreja; as promessas do perdão dos pecados e da nossa adoção como filhos de Deus se firmam e selam visivelmente, a fé é confirmada e se aumenta a graça em virtude de orar a Deus '.

Nisso tudo o protestantismo concorda: a fé é o único instrumento de justificação.

O batismo é:

1. Um sinal da profissão de um homem cristão.
2. Um sinal de regeneração ou novo nascimento.

---

<sup>43</sup> *Knots Untied*: sendo afirmações simples sobre pontos controversos na religião do ponto de vista evangélico, (resumido e revisado por C. Sydney Carter), London, James Clarke & Co, 1959, pp. 98-103.

3. Um instrumento, quando é recebido corretamente, pelo qual somos enxertado na Igreja.
4. As promessas de nosso perdão e adoção são visivelmente firmadas e seladas; e
5. A fé é confirmada e a graça aumentada em virtude da oração a Deus.<sup>44</sup>

A aceitação de Cummins do conceito de regeneração batismal foi consistente com a dos outros líderes evangélicos da época que estavam prontos para defender seu uso na liturgia batismal, contanto que fosse corretamente entendido.<sup>45</sup> Em sua mais recente revisão litúrgica, a Igreja Reformada Episcopal na América do Norte foi capaz de restaurar o termo 'regenerado' para o Serviço de Batismo, explicando seu significado em uma rubrica no final do ofício:

A palavra "regenerado" neste ofício de Batismo está bem intencionada para significar a nossa inserção e incorporação no rebanho de Cristo e um reconhecimento agradecido dos benefícios de Cristo ali dados a todos os que recebem o Batismo corretamente (ver Artigo xxvii). Contudo, para evitar que a mesma palavra seja mal interpretada por qualquer pessoa, seja por ignorância, malícia ou obstinação: pela presente se declara que o uso desta palavra não pretende denotar uma alteração essencial na natureza, nem o passar, como por um processo misterioso, para a plenitude da vida religiosa marcada pela fé, o arrependimento, a santidade incipiente, os desejos ardentes por Deus ou afeições elevadas.<sup>46</sup>

A obra do Espírito Santo não está sob nosso controle - 'O vento sopra onde quer. Escutas sua voz, mas não pode dizer de onde vem ou para onde vai. Assim é com todos os nascidos do Espírito' (João 3: 8) Veneramos e usamos a ordenança

---

<sup>44</sup> Citado no relatório da Comissão Litúrgica Permanente ao 50º Concílio Geral da Igreja Episcopal Reformada (ver nota 46).

<sup>45</sup> Veja o ensaio de Ryle, "Declarações do livro de oração sobre regeneração", em *Knots Untied*, pp. 94-117.

<sup>46</sup> Conselho Geral da Igreja Episcopal Reformada. *Journal of the Proceedings of the Fiftieth General Council of the Reformed Episcopal Church* (Filadélfia: Iglesia Episcopal Reformada, 2002), 183-4. As revisões do escritório batismal foram apresentadas neste concílio para a primeira leitura e foram aprovadas para a segunda leitura e, portanto, aprovadas para sua incorporação no Livro de Oração Comum, no 51º Conselho Geral, realizado em Orlando, Flórida, 2005.

que o Senhor nos têm ordenado, e deixamos a sua providência misericordiosa o mistério da sua eficácia.

## 8. As cláusulas da Igreja da Irlanda

Estas cláusulas, exclusivas da versão britânica da Declaração de Princípios, não são controversiais. A descrição da Igreja como 'Reformada e Protestante' simplesmente reflete a descrição da Igreja da Inglaterra tal como se encontra, por exemplo, no juramento da Coroação.<sup>47</sup> O compromisso de manter comunhão com todas as igrejas cristãs é notável em seu contexto pré-ecumênico do século XIX, mas totalmente coerente com a visão em favor da unidade cristã de Muhlenberg e Cummins.

A cláusula final derivada da Constituição da Igreja da Irlanda nomeia 'a Fé primitiva' como a norma para a doutrina e a adoração. Isto está obviamente de acordo com o respeito pelos Padres e a Igreja primitiva mencionada acima e reflete o sentido de continuidade histórica da Igreja da Irlanda, que como Episcopais Reformados compartilhamos.

## Conclusão

Portanto, embora a Declaração de Princípios seja uma parte inalienável da história episcopal reformada, deve-se ter cautela em sua interpretação. Como temos mostrado, os princípios da Declaração nunca tiveram a intenção de estabelecer uma nova declaração de fé, mas sim de garantir que a Igreja que os adotou permanecesse dentro do patrimônio anglicano histórico do qual outros se afastaram. Acreditamos que, corretamente entendido, tudo o que contém é consistente com a corrente principal do anglicanismo, com um consenso ecumênico geral e, o mais importante, com o cristianismo apostólico.

---

<sup>47</sup> "Farás todo o possível para manter no Reino Unido a religião protestante reformada estabelecida pela lei? Preservarás e conservarás inviolavelmente o assentamento da Igreja da Inglaterra ...? (<https://www.royal.uk/coronation-oath-2-june-1953>).

Como episcopais reformados, não tentamos disfarçar o feito de que alguns de nossos formulários foram escritos em grande parte contra o ensino católico romano do século XIX e do ensino anglo-católico. Não negamos o nosso passado. Tampouco fingimos que todos esses assuntos importantes foram resolvidos ou que não importem. Porém, afirmamos novamente que os Princípios devem submeter-se ao escrutínio de suas próprias fontes declaradas de doutrina, é dizer, as Escrituras, os Padres e Concílios que concordem com as Escrituras.<sup>48</sup> O interpretar os Princípios de uma maneira que contradiga as Escrituras apostólicas ou que nos coloque fora da "leitura histórica e consensual" dessas Escrituras ao longo dos séculos seria uma negação de tudo o que representamos. Onde houver um choque, a Declaração de Princípios deve ceder e não o contrário. Se a Declaração de Princípios serviu para impedir a união dos cristãos bíblicamente ortodoxos, então estaria efetivamente frustrando o propósito de Muhlenberg e Cummins.

Em acordo com o propósito de unir o povo de Cristo, atualmente estamos comprometidos com outros a nível internacional para nos colocarmos em pé em defesa da fé apostólica frente a ameaças tanto dentro como fora da Igreja. Claramente, a Declaração de Princípios não há constituído um obstáculo para isso, como o mostra nossa participação no movimento GAFCON e a membresia da Igreja Episcopal Reformada na Igreja Anglicana na América do Norte.

Como Episcopados Reformados, temos sido abençoados com uma rica história e uma visão empolgante. Não acreditamos que a Declaração de Princípios deva ser um obstáculo para qualquer que compartilhe a visão de uma Igreja edificada sobre os fundamentos Católicos Evangélicos do patrimônio anglicano.

### **Na América do Norte**

O mui Rev.mo. Ray R. Sutton

O Rev.mo Walter R. Banek

O Rev.mo David L. Hicks

---

<sup>48</sup> Artigo II da Constituição da Igreja Livre da Inglaterra e a Declaração Teológica da ACNA.

- O Rev.mo R. Charles Gillin
- O Rev.mo Alphonza Gadsden
- O Rev.mo William White
- O Rev.mo Daniel R. Morse
- O Rev.mo Peter Manto

### **Croácia**

- O Rev.mo Jasmin Milic

### **Canadá Ocidental**

- O Rev.mo Charles Dorrington

### **Alemanha**

- O Rev.mo Gerhard Meyer

### **Igreja Livre / REC da Inglaterra**

- O mui Rev.mo. John Fenwick
- O Rev.mo Paul Hunt

### **Cuba**

- O Rev.mo Willian Mendez Suarez

